



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12835 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

REFORMA DO ENSINO MÉDIO, TRAGÉDIA ANUNCIADA

Márcia Aparecida Jacomini - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Isaac Moutinho - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Ozani Martiniano de Souza - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapesp

REFORMA DO ENSINO MÉDIO, TRAGÉDIA ANUNCIADA

RESUMO:

O objetivo deste texto é apresentar resultados de pesquisa-ação relacionada à construção e implementação de propostas curriculares para o Novo Ensino Médio, elaboradas num processo crítico e criativo, respaldado na autonomia das escolas e na participação democrática das comunidades, com vistas à qualidade do ensino público e da formação dos estudantes. Com base no pressuposto de que o ensino médio é parte da educação básica obrigatória de formação humanística e científica, a pesquisa indicou que a fragmentação de conteúdos em componentes curriculares traz grandes perdas aos estudantes, contrariando a ideia de que eles teriam a oportunidade de se aprofundar em áreas do conhecimento que tivessem maior interesse. A infraestrutura insuficiente das escolas e a ausência de profissionais com formação adequada para ministrar 276 componentes curriculares apresentam-se como um dos principais obstáculos à implementação do NEM na rede estadual paulista.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma do Ensino Médio, Rede Estadual Paulista, Pesquisa-Ação, Implementação de Política Educacional.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) constituem importantes mudanças na configuração da educação básica, as mais significativas desde a promulgação da Lei n. 9.394/1996. Os sistemas de ensino encontram-se em fase de implementação dessas políticas que derivaram de um processo de elaboração amplamente criticado devido à ausência de uma efetiva participação das comunidades escolares. Em contraposição, houve marcante presença de setores da sociedade civil vinculados ao capital em sua formulação (AVELAR & BALL, 2019; TARLAU & MOELLER, 2020).

A rede estadual paulista, a maior do país, iniciou a implementação da reforma denominada de Novo Ensino Médio (NEM) no ano de 2021, articulada ao Programa Inova Educação. Em 2023, a primeira turma a frequentar o NEM está cursando 3º ano.

A reforma educacional que envolve a BNCC, o NEM e o Programa Inova Educação reorganiza radicalmente o currículo escolar, com implicações na organização e gestão das escolas e no trabalho pedagógico. Assumindo que a educação não é um empreendimento neutro e que o currículo escolar expressa concepções de formação e situa-se em um campo de disputa que envolve conhecimento e poder (APPLE, 2006), os processos de implementação de políticas curriculares nas escolas são necessariamente acompanhados por processos de ressignificação das propostas oficiais.

As atuais reformulações do currículo nacional constituem desdobramentos de um processo de disputa entre concepções educacionais que se desenrola no Brasil há duas décadas, mas que remonta à história da educação no século XX (SAES, 2020).

A histórica dualidade educacional jamais deixou de ser disputada por agentes privados que se dedicam à formulação de políticas educacionais e à afirmação de uma oferta educativa orientada ao desenvolvimento do capital humano e calcada no aprendizado de competências e habilidades (MELLO, 2002).

Na prática, a reforma do EM preconiza uma flexibilização em três níveis: 1) escola de jornada ampliada (integral); 2) escolha de diferentes itinerários formativos; e 3) itinerários formativos diversos por estado (FERRETI, 2018).

O objetivo deste texto é apresentar resultados de pesquisa-ação que visa construir e implementar propostas curriculares para o NEM, num processo crítico e criativo, respaldado na autonomia das escolas e na participação democrática das comunidades escolares.

METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa qualitativa, com base na metodologia de pesquisa-ação (THIOLLENT, 2000), na qual as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores tiveram por objetivo transformar a realidade e produzir conhecimentos (BARBIER, 2007). Dessa forma,

construímos propostas curriculares com base num processo analítico e reflexivo, com vistas à melhoria da qualidade do ensino público e à formação dos estudantes.

Organizamos equipes para acompanhamento e realização da pesquisa em cada uma das sete escolas que compõem a pesquisa, com reuniões periódicas e registros em Caderno de Campo. As propostas da Secretaria de Educação de São Paulo (Seduc) para o Inova Educação e para o NEM foram analisadas com as equipes gestoras das escolas e professores e, a partir da percepção de ausências de conteúdos dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, foram construídos planos de ensino que articulam a formação geral àquela proposta nos itinerários formativos. Foram construídos 125 planos de ensino dos componentes curriculares para o 2º e 3º anos do EM, referentes ao primeiro semestre de 2023, numa perspectiva distinta das competências e habilidades, a partir de objetivos a serem atingidos.

Os dados coletados nessas atividades, bem como a legislação e os documentos escolares, foram analisados à luz de categorias analíticas (BARDIN, 2004).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para análise dos resultados organizamos os dados em duas categorias: a)- dificuldades para implementação do NEM na rede estadual paulista; b)- desafios da pesquisa-ação para construção de proposta alternativa ao currículo padronizado da Seduc.

Na rede estadual paulista há 10 itinerários formativos, vinculados às quatro áreas do conhecimento da BNCC, além do itinerário de formação técnica e profissional. Com vistas à análise da complexidade da organização dos itinerários formativos e das dificuldades para implementação, apresentamos os desdobramentos a partir de um itinerário formativo denominado “Corpo, Saúde e Linguagens” que envolve as áreas de Ciências da Natureza e suas tecnologias e Linguagens e suas tecnologias, conforme Resolução Seduc 97/2021 (SÃO PAULO, 2021), alterada pela Resolução Seduc 69/2022 (SÃO PAULO, 2022). Este itinerário é composto por seis Unidades Curriculares (UC) de aprofundamento curricular, parte diversificada do currículo, que se dividem em 24 componentes curriculares assim distribuídas: UC1 e UC2 cinco cada; UC3 e UC5 quatro cada; e UC4 e UC6 três cada uma.

Dessa forma, as sete disciplinas que compõem as áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias foram desdobradas em 24 componentes que podem ser atribuídos a docentes com formação em oito disciplinas (Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física, Biologia, Física, Química, Língua Espanhola). Para cada componente curricular há indicação, para atribuição das aulas, da formação mais próxima aos conteúdos a serem trabalhados. Contudo, na ausência deste docente, o componente pode ser atribuído a professores com formação em licenciaturas distintas. Assim, o componente curricular “Expressões artísticas: corpo em movimento” da “UC1 - Corpos em movimento:

Cultura e ciência” deve ser atribuído como primeira opção ao professor com licenciatura em Artes, mas na ausência deste poderá ser atribuído para professores com formação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa ou Educação Física. Essa ocorrência foi vivenciada nas escolas pesquisadas (assim como em muitas outras escolas da rede) gerando um grave problema para o desenvolvimento dos conteúdos propostos no Material de Apoio ao Planejamento e Práticas de Aprofundamento (MAPPA), produzido pela Seduc em parceria com fundações e institutos de origem empresarial.

Se considerarmos que os 10 itinerários formativos comportam 66 unidades curriculares e 276 componentes curriculares, pode-se imaginar a dificuldade para que cada um deles, em todas as escolas da rede, seja atribuído para o professor com a licenciatura correlata. Ou seja, a proposta mostra evidências de sua inadequação prática pelo menos nas condições materiais de funcionamento da rede e de falta de professores. De acordo com nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade, em abril de 2022, 22,1% do total de componentes curriculares não tinham sido atribuídos a nenhum professor (REPU, 2022), o que levou a Seduc a flexibilizar a exigência de formação para ministrar aulas no ensino médio nos termos da Resolução Seduc, de 20/10/2021 (SÃO PAULO, 2021).

O desinteresse dos estudantes nas aulas dos itinerários formativos e as solicitações para os professores ministrarem aulas das disciplinas para a qual são formados e conhecidas pelos alunos, registrados no diário de campo da pesquisa, são paradigmáticos de uma reforma educacional que não coaduna com os interesses, necessidades e condições de funcionamento das escolas de ensino médio da rede estadual paulista. A forma autoritária como a reforma foi elaborada e aprovada, desprovida de efetiva participação de profissionais da educação e estudantes parecer ser, como já indicado pela literatura, um aspecto relevante no insucesso das políticas educacionais para a melhoria da qualidade do ensino (PARO, 2016).

Construímos, de forma coletiva, uma proposta de implementação dos itinerários que retoma conteúdos das disciplinas da base comum que foram retirados para a inclusão dos itinerários. Foram elaborados planos de ensino para os componentes curriculares dos itinerários e para as disciplinas do Inova Educação que dialogam com os projetos políticos pedagógicos e as realidades locais das escolas, de forma a permitir que os estudantes tenham acesso a conhecimentos disciplinar/interdisciplinar fundamentais à formação humanística e científica. Esta formação traz melhores condições para a continuidade dos estudos em nível universitário ou técnico e, também, para a vida em sociedade, de forma que possam integrar-se e usufruir as culturas contemporâneas em prol de um bem viver coletivo.

A construção desta proposta demandou, no segundo semestre de 2022, intenso envolvimento das equipes gestoras das escolas e da equipe da universidade na produção de protocolos coletivos que contribuíssem para que o conjunto de escolas pudessem produzir e socializar os planos de ensino para os componentes curriculares do 2º e 3º anos do EM para o primeiro semestre de 2023. Nesse processo, apesar dos esforços, as contribuições das escolas deram-se de forma não homogênea no início do processo, caminhando para propostas mais

uniformes à medida que a pesquisa-ação foi sendo melhor compreendida e as escolas ganharam maior confiança numa tarefa coletiva desafiadora: a construção de uma alternativa de currículo escolar por meio de planos de ensino que articulem os conhecimentos escolares e as especificidades dos projetos pedagógicos. Na rede estadual paulista, desde 2007, com o Programa São Paulo Faz Escola, os professores têm sido em maior ou menor grau aplicadores de um currículo centralizado com materiais estruturados para docentes e estudantes.

Também se constituiu desafio para a pesquisa-ação, o fato de que muitos dos professores que participaram da construção dos planos de ensino no segundo semestre de 2022, não permaneceram na respectiva escola em 2023, num agravamento da histórica rotatividade docente. A permanente troca de professores dificultou a organização do trabalho pedagógico e incidiu negativamente na implementação dos planos de ensino no início de 2023, exigindo a realização de muitas outras reuniões para apresentação e discussão da pesquisa e dos planos de ensino com os novos professores, uma vez que o trabalho e envolvimento coletivo constituem a base da proposta.

Contornado esses problemas, os professores estão desenvolvendo os planos de ensino e a equipe de pesquisadores percebeu a necessidade de adequações. Dessa forma, haverá uma continuidade da pesquisa, para a revisão dos planos, com base nas sugestões e propostas dos professores das escolas e de professores universitários especialistas nas diferentes áreas de conhecimento, tendo em vista à consolidação de planos de ensino dos itinerários a serem utilizados pelas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de uma pesquisa-ação sobre a implementação do NEM permitiu maior compreensão, por parte da comunidade escolar, da política curricular da Secretaria de Educação, o que contribuiu para análise crítica e proposição de formas alternativas para o desenvolvimento dos itinerários formativos, para que os estudantes não sejam prejudicados em sua formação humanística e científica pela escolha de itinerários que, ao direcionar para determinadas áreas do conhecimento, deixam outras completamente ausentes da grade curricular, especialmente no 2º e 3º anos. Por outro lado, não deixa de ser um desafio desenvolver uma pesquisa num cenário de grandes mudanças e incertezas, além de condições objetivas pouco favoráveis.

Com base no pressuposto que o EM é parte da educação básica, ou seja, da escolarização que deve ser comum a todos e que visa uma formação ampla que contribua para a vida em suas diversas dimensões, não somente com vistas ao ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho, a pesquisa indicou que a fragmentação de conteúdos, que poderiam ser trabalhados a partir de uma organização disciplinar articulada a uma perspectiva interdisciplinar, em itinerários e componentes curriculares, significa grandes perdas aos estudantes, contrariando a ideia de que eles teriam a oportunidade de se aprofundar em áreas

do conhecimento que tivessem maior interesse. A ausência de laboratórios, computadores, acesso à internet e profissionais com formação adequada para ministrar 276 componentes apresenta-se como um obstáculo a implementação do NEM.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Educational Development*, v. 64, p. 65-73, 2019.

BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro, 2007.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70.

FERRETI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

MELLO, G. N. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. 4ª ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas.

SAES, D. *Educação e classe social: o papel da classe média na formação do sistema de educação pública, na França (1880-1940)*. São Paulo: Laurent de Saes, 2020.

SÃO PAULO (Estado), Resolução SEDUC, de 29/10/2021. São Paulo, 2021.

_____. *Resolução SEDUC 97*, de 08/10/2021. São Paulo, 2021.

_____. *Resolução SEDUC 69*, de 12-8-2022. São Paulo, 2022.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 2000.

